

40º Encontro Anual da Anpocs

ST03: Administração de conflitos, Segurança Pública e Punição no Brasil

Título do trabalho: **Envolvimento feminino no tráfico de drogas: estudo de caso a partir de uma abordagem de gênero e vulnerabilidade social**

Autora: Letícia Godinho de Souza

Coautora: Fernanda Danielle de Oliveira Gandra

Envolvimento feminino no tráfico de drogas: estudo de caso a partir de uma abordagem de gênero e vulnerabilidade social

Autora: Letícia Godinho de Souza

Coautora: Fernanda Danielle de Oliveira Gandra

Resumo

Este trabalho investiga de que forma fatores socioeconômicos e socioculturais - em especial, as relações de gênero - influenciam o engajamento de mulheres no mercado ilegal de drogas. Para se atingir os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa; analisou-se, por meio de entrevistas em profundidade com mulheres aprisionadas por envolvimento no tráfico de drogas, sua percepção sobre sua situação socioeconômica e a entrada no mundo do tráfico. A metodologia também envolveu levantamento de dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas por tráfico de drogas e revisão bibliográfica sobre o tema. As principais conclusões da pesquisa apontam para o modo como as questões de gênero operam, de modo particular, sobre a vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, e que se envolvem nessa atividade. A dependência econômica, bem como a questão familiar, parecem marcar, de forma distintiva, sua entrada e permanência no tráfico de drogas.

1. Introdução

O presente trabalho investiga o engajamento feminino no mercado ilegal de drogas a partir de estudos de caso de mulheres aprisionadas no estado de Minas Gerais. A pesquisa foi feita a partir de revisão bibliográfica sobre o tema, levantamento de dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas por tráfico de drogas e entrevistas em profundidade.

O estudo se justifica tendo em vista o expressivo aumento da população carcerária feminina no Brasil e, em particular, a predominância dos enquadramentos no crime de tráfico de drogas como a categoria que mais agrupa internas (Infopen, 2011). Com efeito, verifica-se o aumento da população carcerária feminina, no Brasil, pelos mais diferentes

delitos, mas com destaque ao enquadramento de detentas em processos relacionados a crime de tráfico de drogas. Segundo os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - INFOPEN, de 2005 a 2011, a população carcerária feminina praticamente dobrou neste período, aumentando de 17.255 para 34.058 presas. Cerca de 60% dessa população foi enquadrada em processos por tráfico de drogas (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, 2011).

Além disso, por meio dos levantamentos realizados, percebe-se, dentre as mulheres em situação de aprisionamento por tráfico de drogas, uma grande maioria com perfil socioeconômico vulnerável. Relatório do Ministério da Justiça¹ sobre o perfil das mulheres encarceradas no Brasil, produzido em 2008, constatou que grande parte delas possui baixo nível de escolarização (cerca de 44% só possui o ensino fundamental incompleto) e são predominantemente pretas (16,41% são negras e 44,07%, pardas).

Logo, trata-se de problematizar o fenômeno à luz da perspectiva da vulnerabilidade social e do enfoque de gênero. Segundo Bronzo e Veiga (2004), a vulnerabilidade social pode ser definida, do ponto de vista individual e também familiar, como exposição aos riscos sociais e baixa capacidade material, simbólica e comportamental para superar os desafios que a sociedade impõe. Por sua vez, as relações de gênero persistentes na sociedade impõem padrões de desvantagem e subordinação das mulheres em relação aos homens, em todas as esferas da vida – incluindo as esferas da família e do mercado (legal e ilegal) (Haraway, 2004).

Em se tratando dos estudos de criminalidade e gênero no Brasil, nas décadas passadas, o baixo interesse pela criminalidade feminina poderia ser atribuído ao baixo número de crimes cometidos por esse segmento frente aos crimes cometidos por homens. Contudo, o recente crescimento da população carcerária feminina, somado ao fato de que o envolvimento feminino no tráfico de drogas é a causa da maior parte dos aprisionamentos femininos, levou uma nova tendência de interesse dos autores pelo envolvimento feminino no tráfico de drogas.

Revisando a perspectiva feminista na criminologia, Ratton, Galvão e Andrade (2012) apontam para a necessidade de uma revisão de seus problemas teóricos, partindo-

1 Dados retirados do Relatório Mulheres Encarceradas, 2008 (que consolidou dados fornecidos pelos entes da Federação).

se de “estudos de mulheres” (*women only studies*). Isso porque as teorias tradicionais só teriam explicado a generalidade dos padrões dos crimes femininos e as diferenças de gênero atreladas a esses crimes, ou seja, o que é um crime “tipicamente” cometido por mulheres. Restariam, assim, diversos problemas a serem estudados:

Mais do que se destacar a amnésia ou negligência da criminologia tradicional no tocante à abordagem de gênero, postura que possibilitaria a permanência de explicações deterministas baseadas em uma visão simplista da biologia e em estereótipos sexuais da mulher como passiva e maternal, seria necessário revisar os problemas teóricos da criminologia a partir de “estudos de mulheres” (*women only studies*), nos quais elas possam falar sobre elas mesmas, isto é, assumir a postura de sujeito e objeto autônomo do conhecimento” (Ratton, Galvão e Andrade, 2012, p. 183).

No mesmo sentido, Gilfus (apud Barcinsky, 2012) chama atenção para a escassez de estudos criminológicos baseados nas percepções, experiências e motivações exclusivamente femininas. Ressalta a necessidade de se estudar as experiências de mulheres “reais” que entraram para o crime, com a finalidade de produzir um painel fidedigno desse fenômeno (p. 54).

Assim, propôs-se como objetivo geral do estudo apontar os principais fatores associados à criminalidade feminina, em específico, ao tráfico de drogas, a partir de uma abordagem metodológica em que as mulheres pudessem narrar sua própria história, apresentando-se como sujeito (e não apenas objeto) do conhecimento. Enquanto objetivos específicos, propôs-se: analisar o perfil da mulher encarcerada em Minas Gerais, estado escolhido para a realização da pesquisa, a partir do levantamento de dados quantitativos sobre essa população; avaliar a literatura sobre a criminalidade feminina, com o objetivo de discutir como a interação de fatores de ordem socioeconômica e de ordem cultural influenciam o envolvimento criminal de mulheres nesta atividade; por fim, buscou-se discutir este envolvimento a partir dos estudos de caso, analisando-se as

narrativas apresentadas pelas mulheres em situação de aprisionamento, entrevistadas durante a pesquisa.

Por fim, importa justificar a escolha e relevância do estado de Minas Gerais para a realização da pesquisa. A escolha obedeceu, em primeiro lugar, aos critérios de conveniência, oportunidade e acessibilidade do campo às pesquisadoras, residentes e integrantes da administração pública deste estado. Mas importa destacar também que Minas Gerais apresenta situação preocupante com relação ao quadro de mulheres encarceradas.

Minas Gerais é o segundo estado do país com maior população carcerária, com cerca de 260 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes; o número de custodiados em cadeias públicas, unidades prisionais e associações de proteção aos condenados ultrapassou, neste estado, a cifra de 54.000 homens e mulheres. Mesmo representando apenas 6% da população cativa do Estado, a população feminina encarcerada apresentou um crescimento de 1.200% em dez anos, ultrapassando em muito o aumento médio nacional, de aproximadamente 200%. Em 2003, havia em Minas Gerais 238 presas; já em 2013 esse número foi de 2.805 (Carvalho, 2014).

Minas Gerais possui atualmente 3.265 mulheres encarceradas (dados relativos a 2015), sendo que 42% dessa população está enquadrada por tráfico de entorpecentes. Com grande vantagem, essa é a categoria que agrega a maior porcentagem de internas (Tabela 1) e essa proporção tem se mantido relativamente constante desde o início da série histórica, em 2010 (Tabela 2).

Tabela 1. Percentual de enquadramentos por tipo de processo, Minas Gerais, 2015

Enquadramento por tipo de processo	Percentual (%)
Contravenção	0,13%
Estelionato	1,09%
Estupro	0,05%
Extorsão com sequestro	0,03%
Furto	12,57%
Homicídio	6,41%
Lesão Corporal	0,34%
Outros Crimes	20,58%
Outros Crimes contra o patrimônio	1,03%

Outros Crimes contra pessoa	5,12%
Tráfico de Drogas	41,66%
Roubo	10,94%
Sequestro	0,05%

Fonte: Armazém de dados do INFOPEN

Elaboração Própria

Tabela 2. Percentual de mulheres encarceradas enquadradas no crime de tráfico de drogas, 2010 a 2015²

Ano	Percentual de enquadramentos por tráfico de entorpecentes (%)
2010	41,76%
2011	41,26%
2012	40,79%
2013	42,94%
2014	43,20%
2015	41,66%

Fonte: Armazém de dados do INFOPEN

Elaboração Própria

Da população feminina admitida atualmente nas unidades prisionais da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS, a maior parte possui 1º grau incompleto (52%); as mulheres que possuem 2º grau incompleto representam 14% da população e as que possuem 1º grau completo, apenas 11%. Com relação à profissão declarada, as categorias com maior representação são “prendas domésticas” e “sem profissão” (ambas 17%), seguida pela categoria “estudantes”, que constitui a profissão declarada de 10% das mulheres encarceradas. Pretas e pardas representam juntas 68% das encarceradas.

Segundo Barcinski (2009), pode-se dizer que a cor e a classe são elementos que determinam a posição social dos indivíduos; logo, a situação aqui descrita reflete um quadro de grande vulnerabilidade.

² Recorte temporal escolhido devido à fiabilidade dos dados; o INFOPEN não estava em pleno funcionamento antes do ano de 2009.

Outro elemento que completa esse quadro de vulnerabilização social é o status do processo e o estado civil. Grande parte das encarceradas ainda não recebeu sentença; 50,42% dos casos configuram prisões provisórias ou preventivas. Com relação ao estado civil, no ano de 2015, 66% dessas mulheres declararam-se solteiras. Moura (2005) constatou em seu estudo com mulheres encarceradas que grande parte desse segmento encontra-se em um contexto que contraria “o modelo familiar hegemônico” e que se caracteriza “pela ausência dos maridos ou companheiros estáveis” (p. 71).

1.1. Metodologia

Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Utilizaram-se as técnicas de levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade. Como estratégia de aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno, os estudos de caso qualitativos permitem esclarecer dimensões, dilemas e questões específicas, que uma análise de dados oriundos de registros administrativos não tem condições de revelar; em especial, acerca de fenômeno ainda pouco estudado pela literatura.

Para analisar a evolução dos registros de encarceramento feminino no mercado de drogas, foi utilizada a técnica de descrição de dados quantitativos. Utilizou-se como fonte o INFOPEN (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), que contém dados sobre a população carcerária no Brasil e nos estados.

O levantamento e análise bibliográficos foram feitos com o propósito de apoiar o processo de construção e refinamento das questões e hipóteses de pesquisa, bem como o processo de análise dos casos que foram objeto do estudo.

Por fim, foram realizados cinco estudos de caso a partir de entrevistas semiestruturadas, em profundidade, conduzidas junto a mulheres encarceradas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Portanto, para o estudo dos casos utilizou-se, principalmente, dos relatos concedidos por essas mulheres sobre sua própria situação.

O roteiro dos encontros com as mulheres aprisionadas foi previamente elaborado e abordou os temas e questões identificados na revisão bibliográfica, tais como: os

motivo(s) que “explicam” sua entrada no tráfico de drogas; que papéis, funções e atividades foram assumidos; a relação entre a trajetória familiar e a entrada no tráfico; a relação com a comunidade; as experiências no mercado de trabalho legal; a vida escolar; as relações com homens e mulheres já inseridos no mercado ilegal de drogas, entre outros. As entrevistas foram transcritas e analisadas, e as notas do diário de campo foram utilizadas para complementar a análise.

Na seção 2 que se segue, apresentam-se as histórias de vida das mulheres entrevistadas. Devido aos limites deste *paper*, optou-se por não dedicar uma seção específica com resultados relativos à revisão de literatura que orientou a formulação das hipóteses de pesquisa e, mais especificamente, a criação do instrumento de pesquisa (roteiro de entrevista); esses foram abordados diretamente nas entrevistas e na seção 3, onde se apresenta um balanço dos resultados da pesquisa.

2. As entrevistas

O complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP), situado em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, foi escolhido para a realização dos estudos de caso dessa pesquisa por se tratar de uma unidade prisional de Médio Porte, com o maior número de internas e na qual se encontram mulheres de todas as regiões do estado. Localiza-se no bairro Horto, em Belo Horizonte, próximo à estação do metrô e é vizinho de dois centros socioeducativos, um para meninos (Centro Socioeducativo Santa Terezi- nha - CSEST) e outro para meninas (Centro de Reeducação Social São Jerônimo - CRSSJ).

Segundo Ribeiro (2003), a criação da Penitenciária Industrial Estevão Pinto, em 1948, foi uma consequência da imposição feita pelo Código Penal Brasileiro de 1940. Criada pela Lei 260/1948, a unidade disponibilizava 60 vagas para atender a todos os regimes de pena. Como afirma Carvalho (2014), a PIEP – sigla pela qual se tornou conhecida - acabou se tornando um Complexo Penitenciário.

Em meados de 2002 (durante o governo de Itamar Franco em Minas Gerais), a PIEP passou por uma grande reforma, realizada pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas. Nessa reforma, a Penitenciária teve a sua capacidade duplicada (Ribeiro, 2003).

O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto foi reinaugurado em 23 de abril de 2002.

Atualmente, esse complexo conta com capacidade para 380 internas e abriga mulheres de todas as regiões do Estado, bem como presas condenadas (com pena para cumprir) e provisórias (as que ainda estão aguardando julgamento). Em 2014, o complexo abrigava cerca de 354 presas. O número de agentes penitenciários nesse mesmo ano era de 159, entre efetivos e contratados (Carvalho, 2014).

Para a realização de visitas, bem como para a realização de entrevistas dentro das unidades prisionais, é necessária a autorização da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais. A equipe entrou em contato com a assessoria de gabinete da SUAPI, tendo sido solicitada para sua concretização a apresentação de um resumo do projeto de pesquisa, incluindo as atividades a serem realizadas e também uma declaração da instituição de ensino. Após providenciar a documentação necessária e enviá-la à assessoria, aguardou-se cerca de quatro dias pela análise do requerimento. A autorização, que chegou por e-mail, informou que o agendamento da visita deveria ser realizado por contato telefônico junto à própria unidade prisional.

Após realizar o primeiro contato telefônico com a funcionária A, a equipe procurou se informar sobre: o melhor dia para a realização das entrevistas, horário, sobre como seria feito o contato com as candidatas às entrevistas e sobre a possibilidade de gravar as mesmas. A funcionária A informou que o ideal era realizar a visita em uma sexta-feira, na parte da manhã (antes do almoço das internas) e que a SUAPI havia autorizado a entrada no complexo portando um gravador de voz. No segundo contato (com a Funcionária B), o assunto discutido foi o agendamento da visita e o perfil das presas que seriam entrevistadas. A pesquisadora responsável pela condução das entrevistas informou que gostaria de entrevistar presas com envolvimento no tráfico de drogas, com idades variadas; ao que respondeu a funcionária, rindo: “Então você vai entrevistar a unidade toda”.

No e-mail recebido da SUAPI constavam algumas informações e algumas regras para o dia da visita, inclusive um *dress code*. Dentre as principais informações constavam:

“Evitar contatos desnecessários com os presos, bem como a recusa e o repasse de informações.

“É expressamente proibida a entrega e doação de pertences do pesquisador ao preso”.

“Atentar-se para a adequação do vestuário:

Homens: Não é permitido Boné, Regata, Bermuda, Chinelo, Óculos escuro, outros pertences de uso pessoal como celular e demais aparelhos digitais.

Mulheres: Não é permitido roupas curta, decotadas, regata, salto, e outros pertences de uso pessoal como brincos e adereços pontiagudos e grandes, celular e demais aparelhos digitais.

Para Homens e Mulheres: Não é permitido roupas nas cores, Preto, Vermelho, Cinza, Bege e Camuflado”.

Na data agendada, a pesquisadora compareceu ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, pontualmente às nove da manhã, no portão da entrada principal. Bateu campainha e uma pequena janela se abriu no portão; a agente C foi informada de que tinha algumas entrevistas marcadas com as internas da unidade. Como a Funcionária B havia dito que informaria aos agentes da portaria sobre a visita, não portava autorização em mãos. A agente pediu para aguardar do lado de fora, onde esperou por cerca de vinte minutos. O ambiente causava estranheza, com os muros altos e as cercas.

Durante o período de espera, a pesquisadora observou que havia cerca de seis parentes de presas também aguardando para entrar (a agente C disse depois que era “dia de entregar pertences”). Havia certa amizade entre as pessoas que aguardavam lá fora, uma vez que conversavam bastante entre si, principalmente sobre o “sistema”; alguns reclamavam pela demora em serem chamados e outros se despediam com um “até a próxima”. A impressão era de que existia um número muito limitado de famílias que vão ao complexo para entregar “pertences” às mulheres da penitenciária, dado seu reconhecimento mútuo. Também foi possível inferir que esse grupo de pessoas é visita constante no lugar, pelo fato de reconhecerem também os agentes do local. Quando uma das familiares saiu pela porta, avisou aos outros que estava demorando a chamar, porque só a “agente X estava lá” (chamou a agente pelo nome).

Passados vinte minutos, a agente C retornou e disse que a entrada estava autorizada. O agente D³ abriu o portão e a pesquisadora caminhou para o balcão com a agente C, onde havia, logo atrás, uma sala onde as pessoas deixavam seus objetos pessoais. A agente solicitou a identidade, anotou os dados em um registro, bem como a hora de entrada. Perguntou se havia trazido gravador e pediu para vê-lo. Falou que era para levar só o essencial e deixar o resto no espaço 21 da estante. Não houve revista, mas a agente folheou a agenda que estava sendo usada como diário de campo.

Após cumprimento das burocracias necessárias, a agente C acompanhou a pesquisadora até a recepção, local em que acabou encontrando as funcionárias A e B, que a receberam muito bem. A agente C se dirigiu ao pátio para buscar as internas para as entrevistas – as moças foram trazidas uma de cada vez, pois a direção do presídio havia dado essa orientação.

As entrevistas foram realizadas no pavilhão principal do Complexo Penitenciário, em uma sala reservada para as internas se encontrarem com seus advogados. Este é também o local onde se situa um portão que separa a entrada do presídio do pátio, onde as presas saem para o banho de sol e outras atividades. A pesquisadora não teve acesso às celas e ao pátio (os únicos contatos com esse ambiente ocorreram quando a agente C passava pelo portão principal para levar ou trazer as entrevistadas e então se conseguia observar a movimentação local, entre o abrir e fechar das portas).

A pesquisadora, bem como as moças que foram entrevistadas, se sentaram a alguns metros da recepcionista (aproximadamente 5 metros de distância), nas cadeiras que se estendem ao longo de todo o hall do pavilhão principal. Durante as entrevistas, a agente C ficou responsável por “fazer a segurança” e se posicionou a cerca de 3 metros de distância das cadeiras onde estávamos.

Nenhuma das entrevistadas foi trazida algemada e todas acabaram se sentando na cadeira imediatamente ao lado da minha. Apenas a entrevistada 05 sentou com alguma distância, mas logo “pediu permissão” para se aproximar, devido ao barulho da recepção. As entrevistadas pareceram confortáveis e cooperativas, especialmente porque o posicionamento em que se encontravam impossibilita uma visão direta da agente C.

3 A presença de agentes do sexo masculino fica restrita à entrada da penitenciária. Esses agentes não tem contato com as presas.

Não foi perguntado o nome de nenhuma das internas como forma de assegurar o sigilo da entrevista, contribuindo também para deixá-las mais confortáveis. A pesquisadora identificou, fazendo uma breve apresentação da pesquisa e pedindo permissão para gravar a entrevista. Nenhuma das entrevistadas se negou a responder nenhuma das perguntas feitas, mesmo tendo sido dito que não precisavam responder nada que as deixassem desconfortáveis. Todas autorizaram a gravação de voz (a princípio, apenas a entrevistada 04 se mostrou desconfortável com o gravador, mas não foi preciso insistir nesse ponto, pois ela logo acabou permitindo).

O fato de a seleção das entrevistadas ter sido realizada pelas funcionárias do Complexo parece ter ajudado no desenvolvimento das entrevistas; supõe-se que selecionaram moças com perfis mais cooperativos. A entrevistada 01 e a entrevistada 05 se mostraram especialmente prestativas e demonstraram certo gosto em colaborar com a pesquisa. Por fim, importa mencionar que as selecionadas eram presas preventivas ou estavam muito próximas de terminar cumprir suas penas; isso pode ter ajudado a tornar a entrevista menos sensível, facilitando o andamento da conversa.

O local em que as entrevistas foram realizadas (hall do pavilhão principal) também pode ter causado impactos negativos, pois era um local de passagem, com bastante barulho. Além da presença da Agente C, responsável pela segurança, havia a alguns metros de distância a recepcionista e ocasionais transeuntes.

Entrevistada 1

Atualmente com 21 anos de idade, nascida em Paracatu (MG), a entrevistada número 1 morou boa parte de sua vida em Araxá, em um conjunto habitacional. Perguntada se seu relacionamento com a família é bom, afirmou: “Era. Sempre foi. Sou criada com pai e mãe de criação”. Perguntada sobre os pais biológicos, esclareceu: “A minha mãe, ela não tinha a cabeça boa, me deu pros outros mesmo. Deu eu, a minha irmã, meu irmão. Ela criou só um”.

É mãe de duas meninas (uma de 5 anos de idade e outra de 1 ano), e não recebe visitas com regularidade. Quando foi presa, estava grávida e, por isso, permaneceu no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, na região metropolitana de Belo

Horizonte, até o bebê completar 1 ano de idade. Foi recentemente transferida para o Complexo Penitenciário.

Atualmente está solteira, mas esteve casada até o momento de sua prisão:

_ Você tem Companheiro(a)?

_ Não!

_ Já teve?

_ Já. Quando eu vim presa eu tava casada, né? Aí ele me abandonou.

Declarou ter estudado até o ensino médio. Mas a experiência escolar despertou-lhe pouco interesse: “Porque eu comecei a vender e usar droga aos 13 anos. Então, eu não tive muito interesse. (...) Sempre fui boa [tirava boas notas], mas a droga me tirou da escola”.

Foi mãe pela primeira vez aos 16 anos, e é provável que a maternidade também esteja associada ao seu abandono escolar precoce. Nunca teve experiência no mercado formal de trabalho, “nunca trabalhei”. Em contrapartida, com o dinheiro auferido no tráfico de drogas, relata que sempre participou como provedora de sua família, juntamente com o companheiro, que também era traficante.

Está cumprindo pena por tráfico de drogas pela primeira vez. Explica a circunstância em que ocorreu sua prisão: “Eu fui buscar droga. Eu tava no mototaxi na hora que eu tava chegando perto do meu bairro (...). Uma esquina antes do meu bairro, a polícia parou, encostou, revistou minha bolsa e achou droga”.

_ Para seu envolvimento no tráfico, quais foram as maiores motivações?

_ Dinheiro [risos]. A vida boa.

_ Houve pressão / influência de alguém?

_ Não. Eu entrei por vontade própria mesmo! Meu primo já vendia. Então eu fiquei olhando e falava assim: “quanto dinheiro, hein?” E ele falava assim: “Eu vendo uma droguinha”. Aí eu falei “É? como é que faz isso?” Aí ele me ensinou. Foi onde eu comecei a me envolver”.

Perguntada sobre seu papel no tráfico, suas atribuições, para além de buscar a droga, afirmou que “vendia na grama”: vendia “dolinha” (maconha) e “cápsula” (cocaína)⁴. Ou seja, pode-se constatar que sua inserção no tráfico de entorpecentes era

4 Ainda comercializa-se cocaína em plástico e papel (dolinha). Contudo, isso não é mais comum porque a droga não dura nessas embalagens. Atualmente, a droga é

precária, desempenhando atividades que implicam em um alto risco de aprisionamento, como buscar drogas. Nesse sentido, Barcinski (2009) explica:

Embora as participantes compreendam a forma como mulheres são usadas pelo tráfico de drogas (pela sua baixa visibilidade como traficantes e pela submissão usual aos homens na atividade), de uma maneira geral elas não percebem os papéis que desempenharam como subordinados (Barcinski, 2009, p.7).

Conta que ganhou bastante dinheiro com o tráfico, mas que hoje em dia não tem mais nada, “gastei tudo”. Afirmou que ganhava com o tráfico o mesmo que o companheiro, o que de certo modo contraria a literatura. Segundo estudos revisados, a inserção das mulheres no tráfico de drogas se daria de modo “equivalente” à inserção das mulheres no mercado de trabalho formal; ou seja, no quesito rendimentos, esses também seriam menores do que o dos indivíduos do sexo masculino.

_ Você ganhava o mesmo que o seu marido?

_ A gente ganhava junto! Porque a nossa droga era junto. Tipo assim: eu colocava R\$ 5.000,00 e ele colocava R\$5.000,00. Aí a gente comprava 1 quilo de pedra. Aí nisso a gente fazia o dinheiro, entendeu? Juntos”.

Entrevistada 2

A segunda entrevistada era estrangeira, mas demonstrava grande domínio do português. Atualmente com 29 anos, nascida na Bolívia, mudou-se para Belo Horizonte em 2008, e morava no bairro Xangrilá.

A interna tem ensino médio completo e afirma nunca ter tido dificuldades na escola: “sempre gostei”. Mas interrompeu os estudos no ensino médio, porque se casou muito cedo, conta, aos 13 anos de idade.

Continua casada, é mãe de duas meninas e é presa provisória no CPFEP, onde aguarda seu julgamento. Afirmou que sempre teve um bom relacionamento com a sua família e recebe visita de seus familiares regularmente.

comercializada em pinos de plástico, chamados de “dente de sabre”. No caso do crack, a medida é popularmente chamada de P.

Conta que sua única experiência no mercado de trabalho formal ocorreu aqui no Brasil, onde trabalhou em uma leiteria. Suas funções eram: ajudar a ordenhar e puxar o gado, cuidar da alimentação dos animais e de sua vacinação. A remuneração era boa. Após ter sido mandada embora do trabalho, permaneceu todo o resto do tempo desempregada.

Assim descreve a circunstância de sua prisão: “Eu vim por um mandato de prisão, através de escuta telefônica do processo do meu esposo”. Sua prisão ocorrera no centro da cidade, “na porta de seu advogado”. Durante a entrevista, negou seu envolvimento no tráfico, mas, ao mesmo tempo, revelou ter participado sempre como provedora de sua família. “Nunca me envolvi. Mas tô casada com traficante”.

A Entrevistada Número 02 parece assumir o paradigma da “mulher de bandido”, descrito por Zaluar (1993). Ajudava o marido no tráfico de drogas, mas cumprindo um papel secundário, participando assim no provimento de sua família; por outro lado, indica que o parceiro era o verdadeiro chefe do negócio.

Segundo Barcinski (2009):

Zaluar aponta para o fato do tráfico de drogas reproduzir o sistema de gênero da sociedade mais ampla. Apesar de o tráfico ser indiscutivelmente uma atividade subversiva, uma ideologia tradicional de gênero é reproduzida em sua dinâmica interna. Tal ideologia pode ser observada nos comportamentos esperados de homens e mulheres submetidos às regras do tráfico de drogas, tal como a esperada fidelidade e submissão das “mulheres de bandido” (Barcinski, 2009, p.7).

Entrevistada 3

A Entrevistada Número 3 tem 27 anos de idade, nasceu em Belo Horizonte e morava no bairro Jardim Leblon, antes de ter sua prisão preventiva decretada por associação ao tráfico de drogas. É presa provisória no CPFEP, e essa é sua primeira prisão. O seu companheiro é traficante e está preso.

Estudou apenas até a 8ª série, mesmo sendo boa aluna e não tendo nenhuma dificuldade na escola. Isso porque, nessa época, engravidou e teve que sair, para poder assumir o papel de cuidadora do filho. Como o pai da criança estava preso, assumiu sozinha o papel de provedora da família. Nessa época, visitava o companheiro na prisão.

Atualmente, o filho está morando com o avô e a tia por parte de mãe. Recebe visitas de seus familiares com regularidade.

A entrevistada trabalhou uma vez em um salão de beleza e outra vez em um restaurante, e afirmou que o salário em ambos os locais era “razoável”. Não teve outras experiências no mercado legal, permanecendo todo o restante do tempo desempregada.

A entrevistada 3 também negou seu envolvimento no tráfico de drogas.

Entrevistada 4

A Entrevistada número 4 se mostrou diferente de todas as outras, mais tímida e calada. Muitas vezes, deu respostas monossilábicas para as perguntas que lhes eram feitas.

Tem 34 anos de idade, contou que nasceu em Belo Horizonte e que morava no bairro Aarão Reis antes da prisão. Declarou ser mãe de 5 filhos e estar atualmente separada. Não tinha um bom relacionamento com o ex-companheiro, pois brigavam constantemente; entretanto, com o resto dos familiares, tinha bom convívio. Recebe visitas da família e vê seus filhos com frequência.

Sua experiência escolar se assemelha à das outras entrevistadas. Saiu da escola na 8ª série, porque casou e teve filho muito cedo, aos 15 anos de idade. Mesmo dizendo ter certa dificuldade na escola, afirmou que foi uma boa experiência. Por isso voltado a estudar, recentemente, no próprio Complexo Penitenciário, fato pelo qual demonstrou certo entusiasmo.

Ao relatar sua experiência no mercado de trabalho, contou já ter sido promotora de vendas e secretária parlamentar, e estes postos lhe rendiam bons salários. No entanto, ficara cerca de 5 anos sem emprego.

Contou ter se envolvido diretamente no tráfico de drogas, vendendo entorpecentes, e disse que foi por necessidade, porque precisava de dinheiro. Também diz não ter sido influenciada por ninguém e que entrou no tráfico “por vontade própria”.

Assim como a entrevistada número 1, afirmou que seus rendimentos eram iguais ao dos homens que também traficavam, contradizendo a tese estabelecida na literatura de que não há paridade de rendimentos auferidos no tráfico de drogas entre homens e mulheres.

A entrevistada é presa condenada e está terminando de cumprir a sua pena. Cumpre pena pela segunda vez, por tráfico de drogas: “foi o mesmo artigo”.

Também contou que já havia tido contato com o sistema antes de ser presa, visitando seu irmão no Presídio Antônio Dutra Ladeira, uma experiência “horrível”. “Acabei vindo pra cá, né?”, conta, em tom de constrangimento.

Entrevistada 5

A entrevistada número 5 foi selecionada minutos antes da entrevista, e não com antecedência, como as demais. A agente C se prestou a verificar a disponibilidade das internas para realizar a entrevista, após solicitação da pesquisadora de que pudesse ocorrer mais uma entrevista. Cerca de dez minutos depois, a agente C voltou ao pavilhão principal acompanhando a última entrevistada.

Ela chegou com ar desconfiado, e a princípio sentou-se com certa distância. Contudo, antes mesmo de iniciarmos a gravação, pediu para se aproximar, por causa do barulho da recepção. Era a mais jovem das entrevistadas, com 20 anos de idade. Nasceu em Belo Horizonte e mora no bairro Califórnia.

A sua trajetória escolar assemelha-se à das demais internas. Abandonou a escola duas vezes. Na primeira vez, porque engravidou aos 15 anos e se casou; na segunda, por causa de um “apelido” que recebeu, não se dava bem com os colegas de classe. Referindo-se à última vez que saiu da escola, disse: “Eu arrependi de ter parado de estudar, porque a gente parar por causa de coisa boba é ruim, né? Hoje arrependo de ter parado, mas hoje eu voltei”. Atualmente está no 1º ano do ensino médio, estuda no próprio complexo penitenciário.

Sua experiência no mercado de trabalho se diferencia das outras entrevistadas; é “dona do próprio negócio”, ofício ensinado pela mãe, e nunca ficou desempregada:

_ Já trabalhou?

_ Eu tenho um salão.

_ Você é a dona do salão?

_ Ahan (sinalização afirmativa).

_ Ganhava bem?

_ Ganho.

_ Já ficou algum período sem emprego?

_ Não. Porque desde dez anos que eu comecei a fazer unha. E nunca mais eu parei. Parei agora né? [risos].

_ Enquanto você estudava você trabalhou?

_ Ahan (sinalização afirmativa).

Afirma que era ela quem pagava as contas da casa. Na verdade, o marido não trabalhava. “Ele era gígolô (risos)”. Estão separados há dois anos.

A entrevistada considera como sua família apenas sua mãe e sua filha, que lhe visitam com regularidade. Também vê seu ex-marido, a ex-sogra e a sua irmã. A única vez que teve contato prévio com uma prisão foi para visitar uma amiga, e havia achado muito constrangedor. Com pesar, afirma que não gosta da ideia de que as pessoas que a visitam tenham que passar pelos procedimentos de revista. “É três agachada de frente, três agachada de costa, mostra boca, abre cabelo. Se o seio é muito pra baixo tem que levantar... e revista as coisas de comer”.

Essa entrevistada relatou sua experiência na comunidade de forma diferente das outras: “É um bairro agitado, todo mundo brinca, todo mundo zoa. Lá no Califórnia é um bairro unido, todo mundo ajuda o outro”. Nos demais casos, as narrativas denotaram distanciamento da vida comunitária, na maioria das vezes afirmando que a vizinhança era tranquila, mas que não se relacionavam muito com os vizinhos.

A entrevistada atribui seu aprisionamento ao ex-companheiro e conta:

_ Eu tinha acabado de chegar da igreja. Os policiais *tavam* dentro da minha casa com uma denúncia anônima falando que eu era traficante. Eu bati boca com eles e falei que eu não era e que eles podiam procurar.

_ Eles acharam alguma coisa?

_ Achou.

_ Era muita droga?

_ Achou 100 pedras.

_ Você chegou a se envolver no tráfico ou foi apenas seu ex-marido?

_ Não. Eu trabalhava no salão e ele não trabalhava não, mas ele mexia com droga. Eu não tinha, eu não tenho envolvimento.

_ Você sabia que ele estava envolvido?

_ Sabia, mas eu já tava separada, ele nem comigo morava mais.

Está cumprindo pena pela primeira vez, por tráfico de drogas. Despediu-se de mim com um aperto de mão, dizendo “Jesus te abençoa”.

3. Um balanço

A revisão da literatura existente, ainda escassa, sobre a criminalidade feminina e, em específico, sobre o engajamento de mulheres do tráfico de drogas, evidenciou alguns fatores, que atingem, em especial, mulheres com perfil vulnerável do ponto de vista socioeconômico. Por um lado, os estudos que analisaram as “motivações” ou justificativas apresentadas por mulheres para sua entrada no tráfico de drogas incluem: a influência de terceiros (Moura, 2005); o sustento do vício em drogas (Lopes et alii, 2010); a dependência econômica (Bianchini et al, 2011); a aspiração por status social (Barcinski, 2009; Zaluar, 1993); e o “esvaziamento da dimensão de futuro” (Moura, 2005). Por outro, a literatura também aponta que a baixa escolaridade, o acesso precário ao mercado de trabalho formal, o menor acesso a serviços de provimento às famílias, a dependência econômica, entre outros fatores de vulnerabilização socioeconômica, influenciam as trajetórias de engajamento nesta atividade ilegal. Vale dizer, por fim, que a literatura aponta a ocupação de papéis e funções por vezes específicos às mulheres, nesta atividade, quando comparadas aos homens.

Segundo a narrativa das presas entrevistadas que assumiram envolvimento direto no tráfico de drogas, observou-se que a necessidade de se sustentarem e sustentarem sua família pareceu ter mais peso do que os outros fatores destacados como motivações para o envolvimento no fenômeno estudado. Não obstante, as histórias de vida são similares: baixa escolaridade, acesso precário ao mercado de trabalho e arranjos familiares mais instáveis fazem parte do contexto de vida que torna esse segmento mais vulnerável ao fenômeno da violência e da criminalização. Ou seja, possuem maior risco de vitimização, mas também maior exposição à possibilidade de ingresso em carreiras criminais (Sudbrack, 2012). Sabe-se também que, muito embora o fenômeno da criminalidade

esteja presente em todas as camadas sociais, o fenômeno da criminalização da pobreza pelo sistema de justiça (Lemgruber, 2011) faz com que indivíduos com baixa escolaridade, acesso precário ao mercado de trabalho, negros ou pardos e moradores das periferias das grandes cidades sejam constituídos como “alvos privilegiados” do sistema de justiça e correcional (Carvalho, 2014). Nesse contexto, as desigualdades e hierarquias de gênero são sentidas de modo mais pronunciado por parte das mulheres socialmente vulneráveis.

Assim, em todas os relatos, evidencia-se que a educação formal fica muito cedo relegada a segundo plano. Gravidez na adolescência e casamento precoce são dimensões comuns da vida dessas mulheres. Nas classes populares, é possível então se observar que a influência do sistema de gênero acaba tendo peso muito maior, dificultando o segmento feminino da população a alcançar seu pleno desenvolvimento.

Parte das entrevistadas declararam não ter se envolvido nos atos ilícitos de que foram acusadas. Justificam que o aprisionamento se deveu ao envolvimento amoroso com homens traficantes. Esta mesma constatação aparece na pesquisa de Carvalho (2014), que formulou a hipótese de que a acusação de tráfico feita contra companheiras de traficantes seria uma tática policial, empreendida com o objetivo de “pegar” o verdadeiro criminoso. Nesta pesquisa, não foi possível levantar evidências acerca desta proposição.

Seja como for, em parte das falas, torna-se aparente a necessidade de “aceitar” o cumprimento de uma função social de “proteção” dos companheiros. Além disso, todas as mulheres entrevistadas envolvidas no tráfico reforçaram, mesmo aprisionadas, seus papéis de cuidadoras dos filhos. Em algumas entrevistas, o envolvimento no mercado ilegal coloca-se mesmo como alternativa de obtenção de rendimentos, que não as exige abandonar aquele papel.

Conclui-se que a dinâmica de gênero imbricada no tráfico de drogas deve ser observada no processo de construção de políticas públicas voltadas para o segmento feminino da população, principalmente a socioeconomicamente vulnerável. Nesses contextos, os arranjos patriarcais se reproduzem com mais força sobre as mulheres. Tendo em vista sua dependência econômica com relação a seus parceiros; pelo fato de estarem submetidas a maiores níveis de desemprego; terem acesso mais precário ao

mercado de trabalho; a necessidade de manutenção da função do cuidado ou, até mesmo, verem-se já na adolescência com menores expectativas com relação aos usos de sua educação, cria-se um contexto funcional à sua participação e cooperação.

Contudo, o estudo da criminalidade feminina – em específico, de seu envolvimento no tráfico de drogas –, bem como as políticas públicas voltadas para esse público, não podem mais se restringir à tese da “mulher de bandido” (Zaluar, 1993). Essa teoria ignora haver espaço para a *agência* por parte das mulheres envolvidas. Por um lado, as estruturas generificadas operam fortemente na dinâmica de vida das mulheres, em contextos marcados por alta vulnerabilidade social, limitando suas possibilidades de ação. Por outro, as entrevistas reforçam a necessidade de afirmarem o lugar da autonomia, lugar em que as mulheres entrevistadas encontram possibilidades de tomada de decisão, de fazerem escolhas e se sentirem responsáveis por elas.

4. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. **Mulheres presas**: dados gerais. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={4B3271E4-7474-41A7-8E4A-494B08701E31}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>> Acesso em: 10 abr. 2015

SUDBRACK, Aline Winter. As vítimas do ódio: violência, Estado e vulnerabilidade social no Brasil. In: SANTOS, José Vicente Tavares; TEIXEIRA, Alex Niche. **Conflitos sociais e perspectivas da paz**. Porto Alegre: Tomo, 2012.

LEMGRUBER. **Controle da criminalidade**: Mitos e Fatos. 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Controle%20da%20criminalidade_mitos%20e%20fatos_Lemgruber.pdf> Acesso em: 08 abr. 2015.

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de. **Nas entre-falhas da linha-vida: experiências de gênero, opressões e liberdade em uma prisão feminina.** 2014. 149 p. Dissertação (curso de pós-graduação em psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRONZO, Carla, VEIGA, Laura da. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. **Revista Pensar BH**, Belo Horizonte, v. 2, p. 10-17, 2004.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: O caso brasileiro.** 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16816/15405>><https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16816/15405> > Acesso em: 07 nov. 2014.

MOURA, Maria Juruena. **Porta fechada, vida dilacerada - mulher, tráfico de drogas e prisão:** estudo realizado no presídio feminino do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005.

LOPES, Regina Maria Fernandes; MELLO, Daniela Canazaro; ARGIMON. Irani I. de Lima. **Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes.** 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v15_2/11_121-131_m308.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BIANCHINI, Alice; BARROSO, Marcela Giorgi. **Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade:** série mulher e crime. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/54/docs/artigo_-_mulheres,_trafico_de_drogas_e_sua_maior_vulnerabilidade.pdf > Acesso em: 25 fev. 2015.

BARCINSKI, Mariana. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/26.pdf>> Acesso em: 23 set. 2014.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22), 2004, pp. 201-246.

ZALUAR, Alba. **Mulher de bandido: Crônica de uma cidade menos musical**. 1993.
Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15997/14492>>
Acesso em 04 de novembro de 2014.